

ATA DE REUNIÃO DE 21 DE MAIO DE 2021 DO CACS FUNDEB

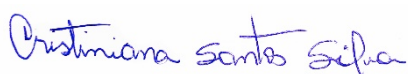
Aos vinte um dias do mês de maio de dois mil e vinte e um reuniram-se, virtualmente pela plataforma GOOGLE MEET os/as Conselheiros (as) **Thiago Brandão Palmeira, Jaguaracy Conceição, Vitor Veiga, Maria Cristina Torres, Cristina Kavalkievicz, Fábio Araújo JOSENITA LUZ ALMEIDA, Nadja Nascimento Amaral, Rosilainde Oliveira de Amorim e Marcos Fellipe Marques**. Também estiveram presentes a Secretária de Educação Vânia Galvão, Rafael Henrique Costa, Irundi Andrade e Jair Francisco- membros do Conselho Municipal de Educação e Sr.^a Marta Longuinho. A reunião teve início às quatorze horas quando o presidente Marcos Fellipe fez a abertura da sessão informando que já havia quórum e informou que esta reunião era um desdobramento de uma comunicação com a SEMED e, por decisão plenária, a secretária foi convidada. Comenta sobre o ofício e também sobre o relatório da sindicância aberta para apurar o incêndio e, na sequência, passa a palavra a secretária e equipe fazerem as considerações. A secretária agradece o espaço e fala sobre a importância da fiscalização bem como da transparência. Pede desculpas ao conselho, pois na época em Jaguaracy esteve presidente uma série de ofício foi enviada e alguns não foram respondidos. Sobre a sindicância, fala que a comissão encerrou o trabalho em setembro e destaca que tão logo aconteceu o fato, tomaram as medidas cabíveis. Pontua que o incêndio foi provocado por uma empresa que fabricava álcool em gel no galpão ao lado. Sobre o caso IBRADESC, pontua que foi encaminhado uma resposta e que o conselho considera que ainda há inconsistência. Fala sobre o processo de tomada de preço e optaram pela empresa IBRADESC e exigiram a capacitação de todo corpo docente e que a empresa carcou com os custos da jornada pedagógica de 2020. Comenta sobre a legitimidade de o conselho fazer esses questionamentos. Sobre os tablets, comenta que houve questionamentos sobre a qualidade e que ainda estão sendo entregues aos professores, pois estão agendando a retirada para evitar aglomeração e diz que todos os cursistas receberão o tablet e se coloca à disposição e solicita a compreensão de todos e todas. Cristina Kavalkievicz fala sobre a equipe que escolhe os livros e diz que não olham as editoras

e sim os títulos e depois a análise do livro e buscam escolher aqueles que se aproximam mais da realidade dos municípios e destaca que nenhum livro é 100% e sempre tem uma coisinha ou outra que pode ser ajustada com a mediação do professor. Fala que quando vão escolher os livros olham os exercícios, as imagens, os exemplos e destaca que não tem uma quantidade enorme para escolher e nem uma equipe só para isso. Destaca que está falando dos paradidáticos, pois os didáticos o método de escolha é diferente e conta com os professores da Rede. Sobre o livro para cultura afro e indígena fala sobre a coleção que foi da gestão de Haddad em São Paulo e que tentaram conseguir alguns exemplares que estivessem sem uso lá, mas não conseguiram e fala sobre o processo de escolha e que o departamento de inclusão e com alguns professores da rede que são especialistas na área fizeram a análise e o parecer. Fala também que houve outros títulos que ajudam a atender as temáticas da BNCC, além de outras questões presentes na realidade como bullying e volta a falar sobre o processo de escolha e pede a compreensão sobre o processo e diz que falta tempo, falta equipe, mas sobra boa vontade para fazer e escolher o melhor. Marcos diz que considera que as falas ajudaram a entender o processo e a direcionar as questões e fala que a principal questão é a inexigibilidade da licitação e pontua que tentaram ter acesso aos livros, mas não conseguiram, devido a pandemia e também por não saber se ainda existiam os livros e diz que o conteúdo dos livros só virou questão desse conselho porque tiveram acesso a um livro dessa editora e sobre o mesmo tema e que havia problemas, mas ele verificou o número do ISBN e verificou que é diferente Jaguaracy fala que a questão é mais jurídica administrativa e que a lei oferece as situações para a contratação direta que são serviços exclusivos, atividades artísticas e os livros não se encaixam nesses critérios e para compra de livros tem que haver competição. Na sequência, faz a leitura a leitura de um texto sobre a ação do Ministério Público contra a compra de livros. Fala que fez pesquisas sobre livros e encontrou livros com valor abaixo do que foi pago pelo município. Pesquisou também sobre a editora e não encontrou informações de ser fornecedor exclusivo. Pontua que respeita o trabalho do pessoal do pedagógico, mas o que o conselho quer saber é sobre o motivo da inexigibilidade de licitação e pontua que as respostas são didáticas,

mas não chegam ao âmago da lei. Destaca que não sabe se a secretaria tem comissão de licitação. Nadja pontua que a dispensa de licitação é o maior questionamento e não houve resposta e questiona se houve um projeto para essa compra e sobre o uso. Fala sobre o valor do livro e que a qualidade é inferior e não foi trabalhado. Pontua que só ontem teve acesso à resposta sobre a quantidade de livros e estão falando disso desde o ano passado. Sobre o curso, fala que tem questões que estão no contrato que diz que o tablet seria material didático do curso e não foi. Fala também sobre a quantidade de alunos por turma que não foi cumprida. Relata sobre o livro e diz que foi gasto um valor e não condiz com a qualidade. Destaca que esse espaço de ouvir é importante e, apesar de ter votado contra, agradece a presença da secretária e a equipe técnica. Marcos fala que o contrato não traz só o valor global que é de 5 milhões e há também o valor por aluno que é de quatro mil novecentos e quarenta reais e não foram 1100 alunos e sim 800 alunos. Fala que o contrato prevê turmas de 40 e, no máximo, 60 alunos e o curso foi dado para turmas de até 200 pessoas. E destaca que só queriam entender e que o interesse do Conselho é acompanhar e, se possível, aconselhar. Vitor, sobre os livros, fala que foram apresentados, estudados e foi feito o parecer e relatório, os quais constam na resposta dada ao conselho. Fala que não há comissão de licitação na secretaria e comenta sobre o processo de licitação e diz que as duas empresas apresentaram cartas de exclusividades e destaca que o processo está no TCM e não houve nenhuma notificação de irregularidade. Sobre o caso IBRADESC, o número de aluno por turma foi feito um termo de referência anterior a pandemia e a empresa consultou se poderia ajustar para ser EAD e não havia outra alternativa e no processo virtual é possível atender um número maior de pessoal por sala. Cristina comenta sobre a organização da carga horária do curso e pontua que adequaram um curso que seria semipresencial para totalmente EAD e a empresa teve que fazer o que a patê pedagógica organizou. Pontua que receberam outras propostas que já vinham tudo pronto e sem autonomia na parte pedagógica. Sobre os livros, todos foram pensados para uma realidade presencial que a realidade da rede e todo livro precisa da mediação do professor e foi uma alternativa para mitigar a falta de contato professor x aluno, distribuíram alguns

livros e seguraram outros como o de cultura afro e indígena que necessita mais ainda da mediação do professor. Jaguaracy diz que se os livros didáticos podem ser usados no remoto, os paradidáticos também podem. Sobre a jornada, questiona o motivo de ter pessoal da rede já que a empresa ganhou para isso e repete que a questão do CACS é mais jurídica administrativa. Diz que a secretaria deveria ter comissão de licitação, se o secretário administrasse a verba, conforme prevê a lei. Destaca que o TCM aprova com ressalvas ou reprova e a câmara de vereadores sempre aprova. Fala também que se tem documento, apresentem como resposta. Nadja comenta sobre o valor de 3 milhões na compra dos livros e fala que a filha dela recebeu o livro dentro do saco de cesta básica e questiona se houve projeto e diz que tinha que ter orientação e não teve. Pontua que tiveram aulas de ciências e o livro nem foi citado e destaca que foi um gasto de dinheiro da educação e entregue como comida ou nada. Volta a falar sobre o número de alunos por turma e diz que entende que a adaptação para o EAD, mas muitos professores ficaram de fora e a empresa ganhou muito mais. Repete que o tablet seria material didático e só foi dado no final do curso. Cristina diz que quem faz a jornada pedagógica são os professores da rede numa perspectiva de valorização e o que foi pago foi o palestrante que fez abertura e que foi escolhido pela rede e também os materiais que foram custeados pela empresa. Fala sobre a entrega dos livros e diz que o livro foi entregue com orientação escrita e, se não chegou, foi um ponto fora da curva e precisam chegar também a informação onde foi para a SEMED corrigir, não podem generalizar, pois não é uma regra. Marcos fala que sempre pontuaram o valor do curso e fala sobre algumas negociações e o valor era aproximado ao que foi para ao IBRADESC para uma formação e os professora foram da REDE, Cristina o interrompe diz que na jornada foi que teve atuação da rede, o curso foi todo IBRADESC. Marcos agradece o esclarecimento e acrescenta que na resposta enviada não tem os detalhes dos livros que foram entregues, tem apenas informações que o conselho já tinha. Jaguaracy pede uma questão de ordem e fala sobre o tempo da reunião e diz para a secretaria se empenhar em acompanhar o processo de licitação. Vania fala sobre a importância desse momento de escuta. Comenta sobre o livro dentro da cesta e diz que gostaria de saber onde foi isso.

Parabeniza Jaguaracy pela fala e agradece a todos e se coloca à disposição para outros esclarecimentos e darão os encaminhemos devidos. Marcos agradece a parceria entre Secretaria de Educação e Conselho. Agradece a presença de todos e, sem mais a tratar, encerrou a reunião as dezesseis horas e dez minutos. Sem mais a tratar a reunião foi encerrada e foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Cristiniana Santos Silva, secretária deste Conselho.



Cristiniana Santos Silva

Secretária do CACS FUNDEB